



**JUSTIFICATIVA PARA A CELEBRAÇÃO DO 5º TERMO ADITIVO AO**  
**CONTRATO N.º 01/2022**

Justificativa acerca do aditivo de  
prazo ao **contrato n.º 01/2022**,  
**Processo Administrativo n.º**  
**01/2022.**

A **Departamento de Licitações e Contratos**, do Conselho Regional de Farmácia de Sergipe (CRF/SE), vem, perante Vossa Excelência, apresentar a justificativa para formalização do 5º Termo Aditivo ao **Contrato n.º 01/2022**, firmado com a empresa **ITWEB PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA**, CNPJ n.º 12.115.918/0001-65, cujo objeto é a prorrogação de prazo do contrato de prestação de serviços contínuos de hospedagem e manutenção (adaptativa, corretiva, evolutiva e preventiva) dos sites e e-mails oficiais do Conselho Regional de Farmácia de Sergipe – CRF/SE, de acordo com as especificações contidas no processo administrativo n.º 01/2022, e as condições de habilitação verificadas por este Departamento de Licitações e Contratos, com fundamento no inciso II artigo 57 da Lei 8.666/93, conforme disposições a seguir:

**CONSIDERANDO** que o inciso II do Art. 57 da Lei n.º 8.666/93, possibilita a prorrogação da vigência de contratos de natureza contínua, o qual passamos a transcrever:

**“Art. 57 - A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:**

**(...)**

**II – à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com, vistas à obtenção de preços e**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA  
CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE SERGIPE



**condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses.”**

Além disso, a Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, prevê em seu artigo 15 que:

“Art. 15. Os serviços prestados de forma contínua são aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.

Parágrafo único. A contratação de serviços prestados de forma contínua deverá observar os prazos previstos no art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.”

**CONSIDERANDO** o entendimento do renomado professor Marçal Justen Filho, apresentado na obra Comentários à Lei de licitações e contratos administrativos, transcrito abaixo:

“Estão abrangidos não apenas os serviços essenciais, mas também compreendidas necessidades públicas permanentes relacionadas com atividades que não são indispensáveis. O que é fundamental é a necessidade pública permanente e contínua a ser satisfeita através de um serviço”

(JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de licitações e contratos administrativos. 11º ed. São Paulo: Dialética, 2005. P.504.)

**CONSIDERANDO** o que dispõe o Acórdão nº 132/2008 – Segunda Câmara do Tribunal de Contas da União:

2 de 5





29. Na realidade, o que caracteriza o caráter contínuo de um determinado serviço é sua essencialidade para assegurar a integridade do patrimônio público de forma rotineira e permanente ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas do ente administrativo, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.” (TCU. Acórdão nº 132/2008 – Segunda Câmara. Relator: Ministro Aroldo Cedraz. Data do julgamento: 12/02/2008.)

**CONSIDERANDO** que os serviços em pauta são classificados como contínuos, tendo em vista que a sua interrupção ocasionaria em prejuízo para este órgão, uma vez que impossibilitaria a publicação dos atos administrativos, bem como demais informações voltadas ao público farmacêutico através de seu site, que visam a aplicação eficaz do princípio da transparência.

**CONSIDERANDO** que houve manifestação expressa por parte da prestadora de serviços, ITWEB PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA, CNPJ nº 12.115.918/0001-65, quanto ao interesse na celebração do 5º termo aditivo.

**CONSIDERANDO** que, conforme abordado no “**Memorando Licitação CRF/SE nº 135/2025**”, a pesquisa de preços demonstrou a vantajosidade, do ponto de vista econômico, quanto a prorrogação dos serviços em questão, uma vez que o valor contratado, permanecerá condizente com o praticado no mercado.

Ainda sobre a demonstração da vantajosidade na prorrogação de prazo do contrato, convém mencionar o entendimento da ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO, no PARECER n. 00001/2019/DECOR/CGU/AGU:



26. Mesmo numa perspectiva burocrática, podemos concluir que o requisito legal para que seja dado azo à prorrogação é certa "vantajosidade" na continuidade da relação contratual. Neste ponto, ressalte-se: em momento algum a Lei impõe a realização de pesquisa de preços como condição para a prorrogação de um contrato de serviço contínuo; a exigência deste procedimento foi instrumentalmente definida, pela praxe administrativa, como uma forma de identificação da vantajosidade exigida pelo legislador. Vale ainda acrescentar que a vantagem que justifica a prorrogação não se resume ao aspecto econômico ou financeiro, sendo possível e pertinente a avaliação de outras vantagens geradas (como o histórico de boa execução contratual), legitimadoras do ato de renovação.

27. Nesse diapasão, a realização de pesquisa de preços não é uma exigência legal, mas sim uma rotina estabelecida pela praxe administrativa com a finalidade de identificação da vantajosidade econômica de renovação contratual.

**CONSIDERANDO** que na presente demanda fora demonstrada tanto a vantagem econômica, através da pesquisa de preços, conforme relatado no "**Memorando Licitação CRF/SE nº 135/2025**", como a vantagem de um bom histórico de execução contratual, já que os serviços foram prestados de forma satisfatória durante os 48 meses de contratualização.

**CONSIDERANDO** que o contrato em questão possui vigência até o dia **12 de janeiro de 2026**, faz-se necessária à sua prorrogação de prazo por mais 12 (doze) meses, consoante entendimento das legislações pertinentes no que tange ao **inciso II art. 57 da Lei nº 8.666/93**, tendo em vista que persistem as necessidades acima elencadas, bem como obtido preços e condições mais vantajosas para a administração.





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA  
CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE SERGIPE



Por fim, entende-se que a situação vivenciada está caracterizada no inciso II artigo 57 da Lei 8.666/93, cujo está devidamente justificada a necessidade de formalização de termo aditivo de prazo.

Ante o exposto, submetemos a presente justificativa à ratificação de Vossa Excelência, para posterior tramitação do processo de celebração de termo aditivo, com a consequente publicação do extrato, nos termos do artigo 61 da Lei 8.666/93.

Aracaju/SE, 10 de dezembro de 2025.

Francisco César Alvaia da Cruz Neto  
**Departamento de Licitações e Contratos**  
**Conselho Regional de Farmácia de Sergipe – CRF/SE**

RATIFICO os termos da presente Justificativa, pelos fatos e fundamentos apresentados e por estar à mesma, em conformidade com o inciso II artigo 57 da Lei 8.666/93.

Aracaju/SE, 10 de dezembro de 2025.

**Carlos Eduardo Araújo de Oliveira**

Presidente do CRF/ SE

100